

## Fux diz que vai remarcar audiências sobre juiz das garantias

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Luiz Fux, atendeu a um pedido do ministro Alexandre de Moraes e prestou esclarecimento [sobre sua liminar](#) que, em janeiro de 2020, impediu a implementação do juiz das garantias.

Carlos Humberto/SCO/STF



Fux enviou ofício ao ministro Alexandre de Moraes  
Carlos Humberto/SCO/STF

De acordo com Fux, uma série de audiências públicas sobre a implementação estavam marcadas para a primeira metade de 2020. No entanto, elas tiveram que ser suspensas por causa da epidemia do novo coronavírus.

"Com a entrada em vigor da Resolução STF n. 663/20, que estabeleceu medidas de prevenção ao contágio pela covid-19 no âmbito deste Tribunal, suspendi, em 12.03.2020, a realização das referidas audiências públicas, as quais serão redesignadas para data oportuna", diz o ofício enviado a Alexandre.

A discussão central está focada na liminar de Fux que, há quase um ano, suspendeu a eficácia de trechos da Lei Anticrime (Lei 13.964/2019). Com a decisão, Fux impediu a implementação do juiz das garantias e [suspendeu a obrigatoriedade de audiências de custódia](#) em 24 horas.

Um HC foi impetrado pelo Instituto de Garantias Penais (IGP) para suspender a decisão de Fux. O relator é o ministro Alexandre de Moraes. Foi no âmbito desse HC que Alexandre pediu informações ao presidente do Supremo.

### Problemático desde o início

A implantação do juiz das garantias [tinha sido suspensa pela primeira vez](#) em janeiro, no recesso judiciário, pelo então presidente da corte, ministro Dias Toffoli, mas apenas por seis meses, para que os tribunais pudessem se organizar.

Uma semana depois, ao assumir o plantão e atuando como presidente, [Luiz Fux deu uma nova decisão](#). Em setembro deste ano, às vésperas de assumir a presidência do tribunal, Fux liberou as três ações

diretas de inconstitucionalidade sobre o tema para julgamento pelo Plenário. Depois, já como presidente, deixou de pautar o tema.

[Segundo a CNN](#), a intenção de Fux era pautar as ADIs para o primeiro semestre de 2021, mas, por ter se irritado com o pedido de HC do IGP, mudou de ideia. As ADIs [não constam do calendário](#) divulgado pelo Supremo.

O pedido do IGP cita o ministro Luiz Fux como autoridade coatora, o que significa que ele não pode analisar a demanda. Normalmente, no recesso, que começou neste domingo (20/12) e vai até 6 de janeiro, caberia ao presidente (em revezamento com o vice) analisar os pedidos de urgência.

Mas, neste ano, em um cenário sem precedentes, quatro ministros anunciaram que pretendem continuar trabalhando: Gilmar Mendes, Marco Aurélio, Alexandre de Moraes e Ricardo Lewandowski, considerados parte da ala garantista.

Clique [aqui](#) para ler o ofício  
**Ofício 508/2020/GPR**

**Date Created**  
05/01/2021